

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	61

Item nº 185:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.154/2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 107.526.614,00”.

A proposição não recebeu parecer das comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado José Gomes para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado José Gomes, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

PARECER 02 CEOF

DEPUTADO JOSÉ GOMES (PTB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 2.154/2021, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 107.526.614,00”.

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, votamos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 2.154/2021.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Em discussão o parecer.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	62

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o projeto visa encaminhar ao Iges mais de 107 milhões de reais. O Projeto de Lei nº 2.223/2021 também encaminha mais de 287 milhões, na realidade, mais 180 milhões

S/Célia Arcênio

REVISORA PATTY FISCHER

Taquígrafa: Célia Arcenio.

Também encaminha mais de 287 milhões, na realidade, mais 180 milhões. Então, a gente está vendo aqui o governo pedir uma suplementação de mais de 287 milhões de reais no total.

Não há a apresentação do detalhamento dessas despesas, do pedido. Então, não há uma justificativa contemplada nos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Também é importante a gente destacar que a fonte de receita apresentada é o de excesso de arrecadação, mas não há comprovação de que há excesso de arrecadação.

Então, o projeto, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças – da qual eu sou membro, inclusive –, deixa de apresentar dois pontos muito importantes: um é o motivo, a justificativa e a comprovação da necessidade do repasse; e o outro é de onde vem, o apontamento da fonte de receita.

Então, é realmente, completamente, flagrante contra a Lei de Responsabilidade Fiscal aprovar este projeto agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Fábio Felix.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	63

DEPUTADO FÁBIO FELIX (PSOL. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também, concordando com os argumentos que já foram colocados aqui, eu acho que nós estamos votando mais um crédito para o IGES/DF. E eu acho que, apesar de ter ouvido atentamente os argumentos apresentados pelo Secretário de Saúde, pelo Presidente do IGES/DF, a trajetória que a gente mede na análise da nossa relação com o governo é o todo, não é a fotografia do momento.

O que eu quero dizer com isso? Apesar de entender a boa intenção, a dedicação da nova equipe que assume a secretaria e o IGES/DF, eu acho que existe aí um grande problema do governo na relação com a Câmara Legislativa. E, nesse caso específico do IGES/DF, esse problema é grave, porque nós não confiamos – e a questão não é o atual gestor do IGES/DF –, nós não confiamos estruturalmente nesta instituição, porque ela não tem prestado serviço adequado à população do Distrito Federal.

Eu acho que, especificamente nesse crédito, não há o detalhamento necessário, para aonde esse recurso vai e como ele vai ser utilizado. Existe uma série de desconfiâncias da população do Distrito Federal em relação a esse tema.

Então, acho que esses problemas de detalhamento, precisam ser resolvidos antes da votação na Câmara, porque a Câmara Legislativa está virando um cartório de cheque em branco quando aprova créditos sem que o governo, realmente, traga para nós esse detalhamento.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	64

A minha posição é a de que é muito complicada e preocupante a aprovação desse crédito nessas condições técnicas e políticas. Políticas em relação ao IGES/DF, e técnicas em relação à legislação.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Leandro Grass.

DEPUTADO LEANDRO GRASS (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente, aqui no âmbito da CEOF eu vou também buscar fazer essa avaliação mais técnica, do ponto de vista orçamentário, traduzindo isso para uma questão mais prática que é a do atendimento em saúde dentro das unidades do Iges.

Bom, nós temos um contrato de gestão – para quem está assistindo a nós é importante entender isso. Esse contrato gestão é entre a Secretaria de Saúde e o Instituto. Ele prevê o repasse mensal. Lá no início, era de 83 milhões, depois foi suplementado, suplementado. E agora o governo diz que precisa de mais recursos para transferir ao Iges, no entanto, sem qualquer prestação de contas sobre o cumprimento ou não do contrato. É como se você estivesse pagando por uma coisa que você não tem certeza se está recebendo ou se irá receber.

Quando a gente olha para o mundo real da saúde pública do Distrito Federal, especialmente do Hospital de Base, as coisas não batem, porque o Iges vem recebendo milhões de reais, mês a mês, e nós continuamos com uma fila gigantesca de pessoas para fazer exames de câncer, para tratar câncer, pessoas que não têm acesso aos remédios. Remédios importantes – diga-se de passagem. Nós temos problemas sérios

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	65

de equipamentos sem funcionamento em algumas UPAs – Unidades de Pronto Atendimento. Fora as questões constitucionais que logo mais nós vamos debater também.

Portanto, é muito, muito pouco transparente esse processo. Pedir dinheiro, pedir que esta Casa autorize mais recursos para uma coisa que nós não sabemos ao certo se ela está sendo aplicada, como está sendo, e se de fato vem atender o propósito do contrato, é impossível – pelo menos da minha parte e eu sei que da parte de outros colegas – aprovar.

Eu não vou passar mais um cheque em branco para esse Instituto que eu vou considerar e vou continuar chamando de Instituto dos Escândalos, que até agora não explicou os desvios, a corrupção, as denúncias, todos os problemas de superfaturamento, de nepotismo, etc., etc., etc.

O Iges continua sendo, como dizia o então candidato

S/Ermaine

REVISORA S/LARISSA

TAQ: ERMAINE

REV. LARISSA

como dizia o então candidato à época da campanha, e hoje mais do que nunca o IGES – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal é, sim, um ninho de corrupção e precisa ser investigado por esta Casa e pelo Ministério Público do Distrito Federal. Hoje, eu até me surpreendi com uma multa, à Sra. Emanuela, por ter acumulado cargos. Não vai haver um ato de improbidade? Não vai haver uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	66

investigação? Não vai haver uma denúncia por improbidade? Vai só devolver o dinheiro? Cometeu um crime e vai só devolver o dinheiro?

Acredito, mais uma vez, que nós temos aqui, como a Deputada Arlete Sampaio disse há pouco, um problema sério de confiança e, também, de transparência. Por isso, aqui já anunciando, o meu voto é contrário no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

(Assume a Presidência o Deputado Jorge Vianna.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Assumo a Presidência.

DEPUTADO GUARDA JANIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GUARDA JANIO (PROS. Sem revisão do orador.) – Realmente, é difícil, o histórico nos diz. Não é fácil a gente ver a população na situação em que está. Eu também vejo que todo mundo tem que ter oportunidade e clareza naquilo que faz. Os generais hoje, à frente da praça, estão dando o seu CPF. Eu vejo que, com a história deles, de batalhas de vida, não vão entrar numa situação dessas. Vão pelo menos trabalhar para fazer o melhor para a população. Eu vejo que temos de tomar uma providência, a gente sabe disso. Temos que fiscalizar mesmo, temos que acompanhar mesmo, porque agora está mais grave do que nunca, mas eles têm a boa vontade de corrigir, e com nosso apoio. Nós vamos cobrar, como foi falado ali dentro. Vão nos entregar planilha, vamos acompanhar. Há uma comissão na linha de frente. Mas a população não pode pagar pelo preço da burocracia. Não pode. Temos de olhar as pessoas mais humildes que vão precisar de cirurgia, um mutirão de cirurgias, e de um

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	67

bom atendimento, de qualidade. Será que a gente não tem condição de pensar nisso? Ao mesmo tempo que a gente está dando aqui um aval, ou não, também temos de acompanhar e fiscalizar. Eles tão dando o CPF deles. Eu penso é na população, na população mais carente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Para concluir, Deputado.

DEPUTADO GUARDA JANIO – Então, finalizando aqui. É um ato de confiança em prol daqueles que estão na fila precisando ser atendidos agora. Eu confio, e vou confiar, até que me provem o contrário. Eles não vão jogar a vida deles todinha para, depois, serem presos por má gestão. Acredito, e vou acreditar, até que me provem o contrário. Fica aqui a minha observação.

DEPUTADO HERMETO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO HERMETO (MDB. Sem revisão do orador.) – Deputada Júlia Lucy, Deputados, os projetos de lei sobre crédito são submetidos à CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal para suprir os cortes realizados no momento de aprovação da LOA – Lei Orçamentária Anual. É importante destacar que a despesa do Estado é maior do que a arrecadação, em especial no contexto de pandemia. Todavia, com o aquecimento da economia e com excesso de arrecadação, a recomposição das prévias do Orçamento se faz com os projetos de lei que estamos apreciando. Então, essa é uma conjectura aqui da Casa e do Poder Executivo, Deputada Júlia Lucy. Em todas as assembleias ou câmaras existe essa apreciação. Quando se tem uma

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	68

pandemia em que a arrecadação caiu bruscamente – hoje há um reaquecimento da economia –, o Executivo pede crédito para suplementar. Então, é isso. Somente isso.

Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Os próximos inscritos são a Deputada Arlete Sampaio e o Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso.

DEPUTADO DELMASSO (REPUBLICANOS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, antes de mais nada, dizer que estou acessando agora, neste momento, o *site* do IGES/DF. Eu queria mostrar aqui. Quando a gente fala de transparência, eu acredito que todos nós aqui – eu fui Presidente da Comissão de Transparência desta Casa e hoje sou membro e presidido pelo Deputado José Gomes

S/Luciano

S/Rev. Gisela

Luciano/Gisela

Eu acredito que todos nós aqui... Eu fui Presidente da Comissão de Transparência desta Casa e hoje sou presidido pelo Deputado José Gomes, da Comissão de Transparência. Quando a gente fala de transparência, acredito que todos os órgãos do Governo do Distrito Federal deveriam fazer o que o IGES – Instituto de Gestão Estratégica fez: colocar uma planilha de pagamentos, por mês, Deputado Prof. Reginaldo Veras, vinculada ao contrato, número de nota fiscal, data de atesto, valor que foi pago e modalidade de contratação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	69

Falam da questão da transparência. É claro que eu acho que isso está desatualizado aqui. É necessário atualizar isso até o mês de setembro. O mês de outubro, nós começamos agora. Mas está aqui, Presidente. Qualquer um... Não precisa ser *expert* em orçamento para entender o que foi pago. Para mim, transparência é isso. Não é só você colocar números e o famoso “orçamentês”, para que o cidadão comum não entenda o que está sendo colocado.

Talvez alguns de vocês estejam falando: “Ah, mas ele não mostrou a planilha, só mostrou o *site*.” Então, vamos abrir aqui. Quer falar de transparência? Vamos falar de transparência. Você tem acesso a todos os pagamentos que foram feitos por mês. Até a pagamento de R\$ 6,00. O tipo de contrato, o número do processo que foi pago, a data do pagamento, a data do atesto.

Eu gostaria que esse tipo de planilha estivesse, na realidade, em todos os *sites* do Governo do Distrito Federal e que, inclusive, pegasse pagamentos anteriores. É claro que muitos vão falar assim: “Mas o GDF tem o Portal da Transparência.” Ótimo! Perfeito. Ele precisa, Deputado Cláudio Abrantes... Melhorou muito, porque saiu do “orçamentês”.

Em gestões passadas, para entrar no *site* da Transparência, já era difícil e, para entender o que estava lá, você precisava ter uma pós-graduação em Orçamento Público.

Então, vamos falar de transparência? Ótimo!

Ponto dois: eu não tenho medo e não tenho vergonha de dizer que defendo esse modelo que foi aplicado no Distrito Federal. No Governo passado, fui o único

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	70

Deputado que foi para a tribuna... O Deputado Jorge Vianna sabe disto, porque, na época, era presidente de sindicato e se levantou contra e continuou coerente. Não só o Deputado Jorge Vianna, mas os Deputados do PDT, os Deputados do PT, que foram contra à época e continuam coerentes na sua decisão. Louvo isso, porque a política é feita com coerência. Defendo esse modelo, sim. É claro que todo modelo tem seus erros e precisam ser aperfeiçoados.

Vamos fazer uma comparação, então. Os Iges tem três anos. Diga-me: em três anos, quantas pessoas morreram nos hospitais públicos do DF? Vamos fazer uma comparação. Quantas pessoas deixaram de ser atendidas nos hospitais, Deputada Jaqueline Silva, nas UBS – Unidades Básicas de Saúde?

Eu aqui quero parabenizar o general Pafiadache pela coragem de assumir a Secretaria de Saúde do Distrito Federal, porque ela – todos nós sabemos – é uma destruidora de reputações. O problema da saúde não veio neste Governo e não é problema do Governo Rollemberg, do Governo Agnelo, do Governo Arruda. O problema da saúde no Distrito Federal é sistêmico.

Se querem discutir a saúde, vamos discutir, então, as coisas que não dão certo na saúde. A culpa não é do gestor nem do Governador. Estamos discutindo, nesse plenário, problemas que vêm há anos e anos.

Para concluir, Presidente, se falarmos de operação policial, então, veremos que este Governo foi o que menos teve operação policial na saúde. Se juntarmos o que aconteceu no Governo passado, quando havia operação da Polícia Federal de

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	71

quinze em quinze dias na Secretaria de Saúde, o Governador Rodrigo Rollemberg teria que estar na cadeia. Ele teria que estar na cadeia.

O que aconteceu no Governo passado

S/Cláudia (39)

Cláudia/Gisela

O que aconteceu no governo passado... Inclusive, o gabinete do Governador foi invadido pela Polícia Federal, por uma operação vinculada à saúde. Fui Líder deste Governo e tenho autoridade para falar isso.

Então, vamos trazer à tona... Não vamos ficar só olhando para a atualidade. Olhem para o passado, porque o Governo passado acabou não só com a saúde, mas com o Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, Deputado Delmasso. Estamos discutindo aqui, na verdade, o sexo dos anjos. Perdoem-me. Estamos falando aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Sim, estou abrindo a palavra para V.Exas. (Risos.)

Concedo a palavra à Deputada Arlete Sampaio, para discutir.

DEPUTADA ARLETE SAMPAIO (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Bem, penso que a gente está em um dilema. Uma coisa são as nossas considerações acerca do equívoco que é o IGES – Instituto de Gestão Estratégica, na perspectiva de dividir a saúde, dividir o Sistema Único de Saúde de Brasília em duas partes. Outra

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	72

coisa é que ele existe, existem pessoas trabalhando lá, existem pessoas que são atendidas lá e não podemos ter a irresponsabilidade de deixar fechar tudo isso.

Nesse sentido é que vou proferir o meu voto favorável à aprovação do crédito. Temos que, junto com os órgãos de fiscalização, verificar se está havendo, efetivamente, o bom uso desses recursos ou se ainda existem mal feitos no instituto.

Essa é a questão a que temos de nos atentar. Da minha parte, é o que farei. Vou procurar o Ministério Público, o Tribunal de Contas, para cobrar. Que eles possam fazer essa fiscalização, porque têm melhores condições que nós.

Vou votar favoravelmente a este projeto de lei, considerando que não podemos deixar morrer à míngua o Instituto de Gestão Estratégica, mesmo tendo problemas, porque ele é um instrumento importante de atendimento à saúde da população, com toda a precariedade que conhecemos, com a fila para cirurgias, com a fila para Oncologia etc. Não é possível a gente cessar agora esses recursos, paralisando tudo o que está acontecendo.

Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Obrigado, Deputada.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante Lula da Silva, para discutir.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, todo mundo, que me conhece em Brasília sabe que sou contra o Iges. Eu quero acabar com o Iges e vou continuar lutando para acabar com ele. Agora, não posso, com o meu voto, ajudar no sentido de as pessoas morrerem sem atendimento. Quero que os pacientes de câncer daquele hospital – no caso, do

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	73

Hospital de Base – continuem sendo tratados. Quero que as pessoas sejam atendidas e, para que elas sejam atendidas, infelizmente, temos que liberar o recurso. É com ele que os servidores receberão e os insumos necessários aos tratamentos serão comprados. Mas isso não quer dizer que estou concordando com o Iges. Não concordo com o Iges. A concepção desse instituto foi errada. Agora, eu não devo permitir que as pessoas morram sem atendimento.

Portanto, vou votar pela liberação do recurso e devo dizer isso ao Líder do Governo. Mas vou fiscalizar ainda mais, para que as coisas não continuem do jeito que estão. Eu dizia há pouco ao Secretário de Saúde – ele concordou e creio que irá fazer o que eu disse – que não pode haver comando paralelo na saúde.

O Iges, o Hospital de Base, o Hospital de Santa Maria, as UPAs têm que estar sobre a guarda da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. As diretrizes são do Secretário de Saúde do Distrito Federal. Os conselhos de saúde têm que fiscalizar esses entes, e o Secretário Pafiadache concordou comigo. Tem que ser assim, mesmo, e quero ajudar para que seja assim.

O que está se votando aqui... Falam: “Ah, mais recursos para o Iges!” Existe um contrato e, enquanto esse contrato não for rompido, vai ser

s/Ney (40)

TAQ.: NEY

REVISÃO: PHILIPPE.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	74

Existe um contrato. Enquanto esse contrato não for rompido, vai ser repassado recurso e vai ser todo mês assim. É importante que a população tenha conhecimento disso.

Portanto, eu quero acabar com o Iges, mas eu não vou permitir que as pessoas morram. E, nesse sentido, eu acompanho a minha líder e voto a favor.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Com a palavra o Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Presidente, de forma muito objetiva: há um contrato. Estranha-me que, quando da assinatura do contrato, não ocorreu na lei orçamentária uma previsão total para que, agora, a gente faça créditos suplementares como se fossem boletos sendo pagos mensalmente.

Então, houve um erro estratégico na montagem do orçamento que, claro, não é culpa dos dois senhores que assumem essas importantes funções. Ao Pafiadache e ao **Gislei**, desejo toda a sorte do mundo.

Mas, por uma questão de coerência – e aí eu discordo do Deputado Chico Vigilante –, não é a aprovação ou a desaprovação disso aqui que vai matar as pessoas lá fora não. É a inoperância, a incompetência, a falta de gestão, a malandragem e a canalhice que se abateram sobre a gestão da saúde neste governo também! E eu desejo toda a sorte do mundo a esses dois senhores que estão aqui atrás de mim para que isso deixe de acontecer.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	75

Eu não vou concordar com canalhice dos gestores anteriores, que até presos foram. Eu quero ajudar, mas eu sou uma pessoa chata e coerente: sem a planilha de custo e orçamento e onde é que vai ser gasto cada centavo, não vai ter o meu apoio, não no crédito dos Iges. O do Fundo de Saúde, que está aqui, terá. A origem do recurso é lícita, o planilhamento está feito, o que me permite, no mínimo, saber onde o recurso está sendo gasto.

Senhores, já falei, peço encarecidamente, daqui para a frente – daqui a um mês vai vir outro pedido de crédito, seja para o Iges ou para onde for: tragam-nos um planilhamento mínimo. “Olha, eu vou usar 70 milhões para pagar a folha, eu vou usar 30 milhões para abater a dívida com a empresa x, vou usar 5 reais para pagar o fósforo.” Seja lá o que for, mas nós, fiscais iniciais, fiscais iniciais do governo, da execução orçamentária – pois os fiscais secundários são os órgãos competentes, o Tribunal de Contas do Distrito Federal e o Ministério Público –, se nós não exercermos essa fiscalização primária e precípua, estaremos nos omitindo. E se tiver coisa errada, a gente é conivente. E eu não serei conivente.

Então, por favor, para que eu possa ajudá-los, e assim como diz o Deputado Chico Vigilante, ajudar a sociedade, tragam-nos o básico: o planilhamento.

É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO JORGE VIANNA) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
05 10 2021	15h25min	ORDINÁRIA	76

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Registram-se os votos contrários do Deputado Fábio Felix, da Deputada Júlia Lucy, do Deputado Leandro Grass e do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Em discussão o Projeto de Lei nº 2.154/2021, em primeiro turno.

Concedo a palavra à Deputada Júlia Lucy.

DEPUTADA JÚLIA LUCY (NOVO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao Deputado Delmasso que me apresente nas planilhas os gastos corporativos, os gastos que foram realizados com o cartão corporativo, por favor. Nessa planilha.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADA JÚLIA LUCY – Não, eu quero que V.Exa. pegue e me mostre. Sabe por quê? É o seguinte: o cidadão... nós aqui temos que receber as informações. Porque, gente, vamos deixar uma coisa muito clara: essa aqui não é a casa da mãe Joana! Isso aqui é um órgão, é uma assembleia legislativa. Nós somos fiscais do Poder Executivo. E é importante a gente lembrar que a gente está submetida à Constituição Federal, art. 37.

Vamos lembrar de princípios aqui.

Legalidade.